



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 140763 - AL (2021/0000782-0)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
RECORRENTE : RAFAEL DE OLIVEIRA LIMA (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por RAFAEL DE OLIVEIRA LIMA contra acórdão do Tribunal de Alagoas (08043480220208020000).

Consta dos autos que o recorrente está cumprindo pena de prisão de dezoito anos, seis meses e quinze dias, em regime fechado, pela prática dos crimes de tráfico e associação ao tráfico.

Aduz que pertence ao grupo de vulneráveis à covid-19 por ser portador de hipertensão arterial sistêmica e, conforme a Recomendação n. 62/2020 do CNJ, deve obter a progressão antecipada de regime. Ou, alternativamente, a concessão de prisão domiciliar humanitária, com ou sem monitoração eletrônica.

Sustenta a necessidade de observância ao princípio da dignidade da pessoa humana e que as condições do sistema carcerário são precárias e incapazes de proporcionar a segurança necessária diante da pandemia de covid-19.

Requer a concessão da ordem, liminarmente, para que seja concedida a progressão para o regime semiaberto, em prisão domiciliar e com monitoração eletrônica, ou a prisão domiciliar humanitária, até o julgamento final do presente recurso.

No mérito, pugna que o recurso seja julgado integralmente procedente, confirmando-se a decisão liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em recurso em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade, demonstrada de plano.

No que diz respeito à aplicação da Recomendação CNJ n. 62/2020, ressalte-se que o STJ firmou o entendimento de que a flexibilização da medida extrema não ocorre de forma automática (AgRg no HC n. 574.236/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da

Fonseca, DJe de 11/5/2020; e HC n. 575.241/SP, relatora Ministra Laurita Vaz, DJe de 3/6/2020).

Para tanto, é necessária a demonstração de que o paciente preenche os seguintes requisitos: a) inequívoco enquadramento no grupo de vulneráveis à covid-19; b) impossibilidade de receber tratamento no estabelecimento prisional em que se encontra; e c) exposição a mais risco de contaminação no estabelecimento prisional do que no ambiente social (AgRg no HC n. 561.993/PE, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 4/5/2020).

No caso, a parte impetrante não demonstrou a flagrante ilegalidade da decisão atacada, principalmente porque o relator na origem expôs o seguinte (fls. 156/157):

Inclusive, na hipótese em tela, muito embora demonstrado que o paciente é portador de hipertensão, conforme Relatório de Saúde fornecido pela SERIS (fls. 69/85), através de dados obtidos em 24/03/2020 pela equipe de enfermagem das unidades prisionais, não ficou comprovado que o paciente não possa ser acompanhado pelo próprio setor médico do estabelecimento prisional em que esteja recolhido, ou que o tratamento médico ali prestado é ineficiente ou inadequado.

20. Neste caminhar, conforme relatório de saúde juntado aos autos (fl. 97), em 06 de maio do ano em curso, o paciente recebeu atendimento na Gerência da Unidade de Saúde do Sistema Penitenciário, quando apresentava quadro de amidalite e diarreia, estando sob tratamento medicamentoso, de modo que os sintomas estavam controlados, estando o reeducando afebril e sem outras manifestações relacionadas ao COVID-19.

21. Portanto, vê-se que apesar da saúde do paciente inspirar certos cuidados, não foi suficientemente comprovado que estes não podem ser prestados no estabelecimento prisional, não havendo motivos para cumprir a pena em domicílio, diante do conjunto probatório colacionado aos autos.

[...]

23. No mesmo sentido, é inaplicável a prisão domiciliar ao paciente em decorrência das hipóteses do art. 117 da Lei nº 7.210/1984 (Lei de Execuções Penais), que elenca as situações em que o beneficiário em regime aberto poderá ser recolhido em residência particular. Confira-se:

[...]

Assim, para a excepcionalidade da colocação do condenado, que cumpre pena no regime fechado, em prisão domiciliar, mostra-se necessário estar devidamente comprovado que o recluso é portador de doença grave cujo tratamento não possa ser ministrado no próprio estabelecimento prisional em que esteja recolhido, ou que o tratamento ali prestado é ineficaz ou inadequado, não é esse o caso dos autos, conforme já demonstrado.

Não se verifica, portanto, em juízo sumário, o desrespeito à Recomendação CNJ n. 62/2020.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente